gestão mineral
em destaque

Boletim Informativo do Departamento Nacional de Produção Mineral - Ministério de Minas e Energia - ANO 2 Nº 13 - Janeiro de 2006

DNPM avalia três anos de gestão no governo Lula

O saldo é altamente positivo depois de muito trabalho

No dia 17 de janeiro, os diretores do DNPM reuniram-se, no auditório da Autarquia, em Brasília, para discutir sobre o que foi feito de positivo durante a gestão da atual Direção, no período do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A reunião, ainda, contou com as presenças do diretor-geral do DNPM, Miguel Nery, do diretor-geral adjunto do DNPM, João César, diretores do DNPM, além do secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Cláudio Scliar, e diretores da SGM/MME.

Além dos diretores, o diretor-geral Miguel Nery fez um balanço desses três anos de governo da atual gestão do DNPM. "Nery disse que foram adotadas medidas para modernizar as áreas administrativa e tecnológica na Autarquia, de tal maneira que se elevassem a eficiência e a eficácia das atividades desempenhadas, com agilidade, transparência e segurança jurídica aos atos de outorga minerais. A modernização institucional tem permitido que se estimulem os níveis de investimentos em pesquisa mineral na geração de novas jazidas e de investimentos produtivos, com o aumento do produto mineral bruto, com a elevação do saldo da balança comercial, com a geração de emprego e renda, fortalecendo o setor mineral brasileiro e estimulando o seu crescimento de forma sustentável.

Com o processo de modernização o DNPM reverteu o quadro de desgaste institucional, anteriormente existente, tendo voltado a cumprir com o conjunto de sua missão institucional. Com uma estruturação inicial mínima, a Autarquia reconquistou sua credibilidade, resgatando ao investidor externo e interno confiança e segurança nos processos de outorga. Foi aprovado, também, o Plano de carreiras do DNPM, com a sanção da Lei 11.046/2004, por iniciativa do governo Lula, o que elevou o padrão remuneratório dos servidores e viabilizou, agora em 2006, a abertura de concurso para 300 novas vagas (203 vagas finalísticas e mais 97 vagas administrativas), para a recomposição do quadro funcional reduzido a 60% do existente ao longo dos últimos quinze anos.

Reunião de avaliação de três anos de gestão no governo Lula

Também, está sendo ultimada a depuração da base de dados (132.207 processos depurados), que revelava um conjunto de inconsistências e a unificação da operação em rede do Cadastro Mineiro, principal programa de controle dos títulos de outorga, fase necessária para dar segurança ao futuro sistema. Em 2005, todas as áreas oneradas na base do DNPM de todos os Estados foram disponibilizadas para consulta na internet, facilitando os novos requerimentos, diminuindo-se o número de indeferimentos por interferências de áreas e permitindo um maior controle social das ações da Autarquia.

Entre outras ações que merecem destaques estão: a introdução de tecnologia da informação em rede, com dezenas de sistemas de apoio à gestão. A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), obrigatória aos produtores de bens minerais após a sua comercialização, por exemplo, atingiu a cifra de R$ 406 milhões em 2005 contra R$ 326 milhões (2004), revelando um crescimento de 24,5% no exercício e de 118% no acumulado em três anos se for comparado aos R$ 186,2 milhões arrecadados em 2002. Desse total arrecadado, 65% são destinados aos municípios, 23% ao Estado de origem da extração e 12% para a União.

Editorial

A mineração é reconhecida internacionalmente como atividade alavancadora do desenvolvimento, tendo grande participação no desenvolvimento econômico de muitas das principais nações do mundo, como Canadá, Austrália e Estados Unidos.

A atividade mineral disponibiliza para a sociedade recursos minerais essenciais ao seu desenvolvimento, sendo a intensidade de aproveitamento dos recursos um indicador social. Tomando como exemplo o consumo per capita de agregados para a construção civil (areia + brita), este reflete a real intensidade estrutural de uma sociedade, pois está associado diretamente às vias de escoamento de produção, obras de arte, como viadutos e pontes, saneamento básico, hospitais, escolas, moradias, edifícios, energia elétrica e toda sorte de elementos intrínsecos ao desenvolvimento econômico e social de um povo.

O crescimento sócio-econômico implica em maior consumo de bens minerais, tornando importante garantir a disponibilidade dos recursos demandados pela sociedade. Existe, portanto, uma relação direta entre desenvolvimento econômico, qualidade de vida e consumo de bens minerais.

O caráter pioneiro da mineração resulta em novas fronteiras econômicas e geográficas, abrindo espaço para o desenvolvimento e gerando oportunidades econômicas. Como indústria de base, induz à formação da cadeia produtiva, do processo de transformação de minérios até os produtos industrializados. Na medida que proporciona a interiorização da população, cria demandas por infra-estrutura e serviços, induz a instalação de indústrias de transformação e de bens de capital, gera empregos e renda, reduzindo as disparidades regionais.

Arrecadação do DNPM bate novo recorde

EMOLUMENTOS

A diferença na arrecadação dos emolumentos de 2005 e 2004 foi de 73%. No último ano atingiu R$ 9,3 milhões.

A arrecadação de emolumentos assim se dividiu: autorização de pesquisa - R$ 7,2 milhões; imissão de posse - R$ 231mil; permissão de lavra garimpeira - R$ 312 mil; e registro de licença - R$ 220 mil.

PARCELAMENTO

Na arrecadação de 2005, R$ 4,1 milhões, se observou diferença correspondente a 34,8% em relação ao ano anterior.

Foi iniciado o processo de recuperação de dívida em 2005, que deve refletir na arrecadação de 2006.

O sistema está sendo finalizado.

CFEM

A receita com maior participação foi a CFEM, que fechou 2005 com montante de R$ 406 milhões, ou seja, 24,5 % a mais do que o verificado em 2004.

Os Estados que mais recolheram foram MG, PA e GO, com R$ 205 milhões, R$ 120 milhões e R$ 15 milhões, respectivamente. Já os municípios que tiveram maior arrecadação foram Parauapebas (PA), Itabira (MG), Mariana (MG), Oriximiná (PA) e Nova Lima (MG).

A última fiscalização realizada pela equipe da CFEM-Modelo, em Minas Gerais, entre 24 de outubro e 1º de dezembro, apurou um consolidado de R$ 2,3 bilhões, que provavelmente refletirá na arrecadação de 2006.

O número de acordos de cooperação técnica entre o Órgão e as prefeituras teve significativo aumento em 2005. Hoje já são 184.

O boleto da CFEM foi totalmente reformulado e passou a ser corrigido pelo IPCA-E, além de abranger débitos desde 1991.

TAH

O total arrecadado em 2005 equivale a R$ 40,8 milhões ou 70,8% do valor arrecadado em 2004.

Em valores arrecadados, destacam-se os estados do PA, MG e GO que, juntos, representam 59,4% da arrecadação. Os Estados com melhores índices de arrecadação foram SE e AL com 96,4% e 94%, respectivamente.

Dos 27.130 processos de 2005, 21.783 foram pagos, o que corresponde a 80,2%.

A disponibilização do novo sistema de Auto de Infração muito contribuiu para que os Distritos obtivessem bons índices de emissão dos autos não pagos e pagos em atraso. Foram 6.147 autos registrados.

Em relação às dívidas de períodos anteriores, pagas em 2005, foram arrecadados R$ 4 milhões.

MULTAS

Assim como a taxa de vistoria de fiscalização, a arrecadação de multas também dobrou de sua arrecadação. Foram R$ 4,7 milhões - 100,6% superior a 2004.

As multas referentes à inadimplência da TAH somaram R$ 2,7 milhões - crescimento de 126,8% em relação ao ano anterior. Já referente a não apresentação do relatório de pesquisa, registrou-se R$ 1,4 milhões ou 66,15% a mais que 2004.

VISTORIA DE FISCALIZAÇÃO

Em 2005, a taxa de vistoria de fiscalização atingiu R$ 665,5 mil em sua arrecadação - 110% maior em relação a 2004.

Ação de fiscalização foi positiva em 2005

O ano de 2005 para área de Fiscalização do DNPM foi de muito trabalho e esforço, contudo, no que se diz respeito a projetos afinados com as dimensões de políticas públicas emanadas do núcleo do governo. Com isso, muito se fez em 2005, principalmente com a fiscalização das atividades de pesquisa e lavra mineral, totalizando 4704 vistorias realizadas de um planejamento de 3500 para aquele ano. Foi dada prioridade nas seguintes áreas: Áreas com potencial para geração de novas jazidas e minas com aprovação de 1.369 relatórios finais de pesquisa (número recorde) resultado da análise de 3.170 relatórios finais, contribuindo para reduzir sua vulnerabilidade externa e gerar novos investimentos geradores de emprego e renda; Áreas com indícios de irregularidades no aproveitamento de bens minerais, bem como para as ações de solução de conflitos em regiões de maior concentração da atividade mineraria, a exemplo de Serra Pelada/PA, Ouro Roxo/PA, Alto Bonito/PA, Cachoeirinha/RO, Juina/MT, Coromandel/MG e Arranjos Produtivos locais como; Pains/MG, Sto. Antonio de Pádua/RJ, Seropédica/RJ, São Luiz e Grajaú/MA, Murici/AL, Canelinha e Morro da Fumaça/SC, Manacapuru/AM, Grande Recife e Ouricuri/PE etc. Também áreas com riscos de acidentes ao trabalhador e às comunidades circunvizinhas tais como; Campanhas específicas de fiscalização das condições de Saúde e Segurança nas minas de Carvão e fluorita no Sul Catarinense e de granito e mármore para revestimento no Espírito Santo;Fiscalização em concessões de águas minerais e monitoramento de aqüíferos em estâncias hidrominerais e Termais tais como; Monitoramento do Aqüífero Hidrotermal de Caldas Novas/GO com realização de 540 medições das condições hidrogeológicas de poços artesianos. Fiscalização nas concessões de água mineral, com destaque para as situadas nos Estados de São Paulo, Goiás, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Alagoas.

Além disso, a fiscalização, efetivamente, na operação Roosevelt com um grupo operacional que teve as presenças da Polícia Federal e FUNAI, para formular propostas legais para uma solução definitiva, em Rondônia.

Para 2006, a Fiscalização do DNPM espera chegar ao nível de 7500 vistorias/ano, aperfeiçoar o gerenciamento da fiscalização e agilizar a análise processual, com a implantação do Sistema de Gerenciamento do Processo Fiscalizatório por meio da informatização com criação de banco de dados e relatórios gerenciais "on line", das atividades dos técnicos no planejamento, na análise processual e na execução das vistorias.

DNPM/RS e CREA estabelecem forma de apresentação de ARTs

O chefe do 1º Distrito/DNPM/RS, Sérgio Bizarro César, participou no dia 16 de dezembro de 2005, em Porto Alegre, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, do ato de assinatura da Norma nº 06/2005 da Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas. O ato, ainda, contou com as presenças de geólogos e engenheiros de minas do CREA.

A partir de fevereiro de 2006, os profissionais geólogos e engenheiros de minas que encaminharem trabalhos técnicos ao 1º Distrito do DNPM deverão seguir o estabelecido na Norma nº 06/2005 da Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas.

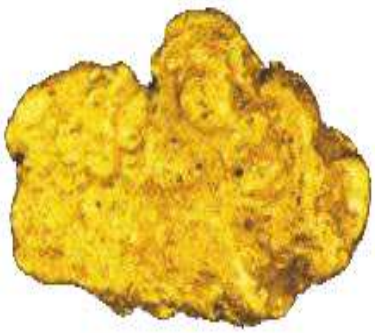
Nela está prevista a codificação que o profissional deverá utilizar para cada tipo de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como quando deverá juntá-la ao respectivo processo no DNPM. Hoje, o profissional pode fazer sua ART em dois sistemas: ART Modelo Nacional, conhecida por ARTN ou pelo site do CREA/RS

Para Sérgio Bizarro, "a execução dos trabalhos de pesquisa e/ou lavra, deverá ter um responsável técnico, com a ART correspondente à execução dos trabalhos. No caso da pesquisa, o 1º Distrito do DNPM fará exigência para que todo o detentor de Alvará apresente junto ao DNPM, no prazo máximo de 60 dias, após a emissão do respectivo Título, prazo legal para início de pesquisa, quem é o técnico responsável pela execução. Na lavra, o 1º Distrito em conjunto com o CREA-RS, verificará quem são os técnicos responsáveis pela execução dos trabalhos de lavra, com as ARTs correspondentes", conclui Sérgio.

Para cada área requerida junto ao DNPM, é obrigatório o registro de ARTs específicas para as diversas atividades técnicas realizadas. A norma pode ser consultada na íntegra no site www.crea-rs.org.br, link Câmaras Especializadas – Geominas.

Ouro alcança maior alta dos últimos 25 anos em Londres

O preço do ouro teve sua maior alta em 25 anos, ao atingir dia (17/01), US$ 564,30 em Londres, a maior cotação desde janeiro de 1981, em meio a compras por fundos resultantes das perspectivas de fraqueza do dólar e de preocupações sobre ameaças às instalações petrolíferas da Nigéria.



"Estamos vendo muitas vendas na Ásia", observou Bernard Sin, operador-chefe da MKS Finance, uma empresa de refinaria e negociação de metais preciosos, com sede em Genebra. "Quando o ouro chegou a US$ 560, os investidores começaram a realizar lucros" com o índice de força relativa mostrando que o metal está "razoavelmente comprado em excesso", afirmou.

O ouro havia acumulado alta de 7,4% neste ano em Londres, após valorização de 18% em 2005, influenciado por problemas de escassez na produção e por especulações de que o aumento do petróleo elevaria a inflação.Entre os outros metais preciosos negociados à vista em Londres, a cotação a prata recuava US$ 0,24, ou 2,6%, para US$ 9,05 por onça troy (31,10 gramas), após ter sido cotada a US$ 9,31, maior patamar desde junho 1984. A platina cedia US$ 15, ou 1,4%, para US$ 1.034,50, depois de ter alcançado o recorde de US$ 1.051,50.

Os contratos de zinco e chumbo também atingiram novos recordes em Londres, em meio aos receios de que a Volcan Cia. Minera, maior mineradora de zinco e chumbo do Peru, poderia entrar em greve na próxima semana. O zinco para entrega em três meses chegou a subir US$ 12,50, ou 0,6%, para US$ 2.092 a tonelada, na Bolsa de Metais de Londres. No final do dia, fechou em queda de US$ 7, a US$ 2.074. O chumbo avançava US$ 16, ou 1,3%, para US$ 1.252 por tonelada, mas fechou em US$ 1.234.**Fonte: jornal Valor Econômico**

Notas

Produção brasileira de alumínio bate recorde

A produção brasileira de alumínio primário atingiu 1,49 milhão de toneladas em 2005, um volume recorde e 2,8% maior que o de 2004, segundo a associação nacional dos produtores, Abal. Para 2006, a entidade estima crescimento de 6%, para 1,6 milhão de toneladas, um novo recorde.

Nova oferta pela Dofasco

Na acirrada briga pelo controle da siderúrgica canadense Dofasco com o grupo europeu Arcelor, baseado em Luxemburgo, o grupo alemão ThyssenKrupp elevou dia (14/01)sua oferta para US$ 4,53 bilhões: de 63 para 68 dólares canadenses a ação. Ficará válida até dia 26. A disputa começou em novembro, quando Arcelor ofereceu 56 dólares. A Thyssen entrou na briga com 61,50. Em dezembro, Arcelor elevou oferta a 63 dólares.

Transpetro tenta reduzir preço de aço

A Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa apresentaram no dia (17/01)a proposta conjunta para a licitação de 42 navios da Transpetro. A decisão causou polêmica entre os concorrentes. O presidente da Transpetro, Sérgio Machado, disse ainda que negocia com siderúrgicas uma redução no preço do aço.

Petrobras e Vale se unem em Moçambique

A Petrobras e a Cia. Vale do Rio Doce assinaram um memorando de entendimento para explorar gás em Moçambique, onde a mineradora já explora uma mina de carvão. É a primeira vez que as duas empresas vão atuar em conjunto.

Preço do cobre bate novo recorde

A cotação do cobre bateu novo recorde, dia (10/01), pois os fundos de investimentos continuam comprando por temor de que o metal falte. O cobre fechou em US$ 4.689 a tonelada, à vista, na London Metal Exchange (LME). Com vencimento em três meses, chegou a US$ 4.595.

Ministério do Planejamento autoriza o concurso do DNPM para área Administrativa

São 73 vagas para Técnico Administrativo e 24 vagas para Analista Administrativo

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) autorizou no dia 11 de janeiro o concurso do DNPM para área Administrativa. A autorização foi publicada no Diário Oficial da União, tendo sido liberadas 97 vagas. Serão oferecidas 24 vagas para o cargo de analista administrativo e 73 para técnico administrativo.

O edital do concurso deve ser publicado na segunda quinzena de fevereiro pelo DNPM. A autarquia espera que seja formulado um termo aditivo ao contrato com a Fundação Cesgranrio, do Rio de Janeiro, que está organizando o concurso para cargos da área-fim, para que a instituição também organize o da área administrativa.

As vagas para o cargo de analista administrativo - que exige nível superior – são para Gestão Institucional, Gestão de Pessoas e Capacitação,Contabilidade, Bibliotecnomia, Manutenção Predial. Já para os concorrentes ao posto de técnico, de nível médio, os candidatos devem ter oportunidades em Apoio Administrativo, Técnico em Contabilidade e Informática.

A remuneração dos novos servidores será baseada nas agências reguladoras. O salário inicial dos cargos de nível médio é de R$ 1.399,10 e dos nível superior, de R$ 2.906,66.

Para o diretor-geral Miguel Nery, "o concurso público para área administrativa é mais uma conquista do DNPM, pois vai minimizar a carência de profissionais que existe hoje de servidores na autarquia, assim como vai dar mais agilidade e celeridade nos processos administrativos", disse Nery.

Expediente

Diretoria do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

Diretor-Geral(DIRE): Eng. Miguel Antonio Cedraz Nery

Diretor-Geral Adjunto(DIAD): Geól João César de Freitas Pinheiro

Chefe de Gabinete(GABIN): Geog. Paulo Guilherme Tanus Galvão

Procuradora Jurídica(PROJUR): Adv. Ana Salett Marques Gulli

Diretor de Administração Substituto (DIADM): Econ. Elingiton de Barros Soares

Diretor de Planjenamento e Arrecadação(DIPAR): Adm. Marco Antônio V. Moreira

Diretor de Outorga e Cadastro Minerio(DICAM): Adv. Roberto da Silva

Diretor de Fiscalização(DIFIS): Geól Walter Lins Arcoverde

Diretor de Desenvolvimento e Economia Mineral(DIDEM): Geól Antônio Fernando da S. Rodrigues

Assessor de Tecnologia da Informação(ASSINF): Rinaldo Lisboa Accioly

Auditoria Interna(AUDIN): Ciências Cont. Marlon Jorge Teixeira Cutrim

Redação e Editoração:

ASSCOM - Assessoria de Comunicação do DNPM

Relações Públicas:

Adauto Bezerra Fraga (asscom@dnpm.gov.br / adauto.fraga@dnpm.gov.br)

Diagramação:

Luciano Cassiano Gil

As matérias aqui veiculadas são de responsabilidade da Diretoria do DNPM e podem ser reproduzidas desde que citada a fonte. Todos os direitos reservados.a

DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral

Minas e Energia

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Notas

Cade impõe restrições ao cimento branco

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deferiu, dia (20/01), medida cautelar impondo restrições temporárias à operação entre as empresas Cimento Rio Branco (Grupo Votorantim) e Camargo Corrêa Cimentos, únicas produtoras de cimento branco do país.

Alta do cobre reduz margem de fabricantes de cabos e fios

Os preços recordes alcançados pelo cobre nos últimos meses já começam a afetar as margens de ganho dos fabricantes de fios e cabos, que enfrentam dificuldades para repassar os aumentos para o preço final. Ainda existe uma defasagem de 10% nos preços cobrados por eles, levando em conta o custo não repassado de 4% em 2004 e mais 6% remanescentes do ano passado, de acordo com a entidade que representa o setor, o Sindicel.

Vale constrói ferrovia de R$ 700 milhões

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em conjunto com o governo do Espírito Santo, vai construir um novo ramal ferroviário no Estado, ligando as cidades de Cariacica e Cachoeiro do Itapemirim. O trecho, de 165 quilômetros de extensão, exigirá investimentos de R$ 700 milhões e será administrado pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).Segundo o presidente da CVRD, Roger Agnelli, o ramal substituirá a atual linha que foi construída na região serrana.

A china quer ajustar sua capacidade de produção de aço

A China quer ajustar sua capacidade de produção de aço para 400 milhões de toneladas anuais nos próximos cinco anos, enquanto busca aliviar o excesso de oferta nacional de produtos siderúrgicos. A informação consta do 11º Plano Quinquenal da China, formulado pela Comissão de Reforma e Desenvolvimento Nacional, principal órgão de planejamento macroeconômico do país.